



ISSN: 2674-8584 V.10 – N.1 – 2025

DOI: [10.61164/9cq3j041](https://doi.org/10.61164/9cq3j041)

**A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO PENTA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS
INFANTIS: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA SAÚDE**

**THE IMPORTANCE OF THE PENTAVALENT VACCINE IN THE PREVENTION OF
CHILDHOOD DISEASES: THE ROLE OF NURSING IN HEALTH PROMOTION**

Aparecida Carolina Sleman do Amaral Santos

Acadêmica do 10º período do curso de Enfermagem,
Centro Universitário UniBRAS Rio Verde.

E-mail: resenecarol@hotmail.com

Gleyce Kelly Silva

Coordenadora do curso de Enfermagem,
Centro Universitário UniBRAS Rio Verde.

E-mail: gleyce.silva@braseducacional.com.br

Recebido: 08/09/2025

Aceito: 18/09/2025

RESUMO

A vacinação é reconhecida como uma das medidas mais eficazes em saúde pública, desempenhando papel crucial na prevenção de doenças infecciosas e na redução da mortalidade infantil. Este estudo buscou compreender os desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem na adesão à vacina pentavalente e discutir as estratégias empregadas para aumentar a cobertura vacinal. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, baseou-se em revisão narrativa da literatura, contemplando artigos científicos, documentos oficiais e relatórios de organizações nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que, apesar do impacto positivo das vacinas na erradicação e controle de doenças graves, fatores como hesitação vacinal, medo de reações adversas, disseminação de informações falsas e barreiras de acesso aos serviços de saúde comprometem a adesão ao calendário vacinal. A atuação da equipe de enfermagem mostrou-se determinante, não apenas na aplicação das vacinas, mas também na educação em saúde, na busca ativa de crianças não vacinadas e no esclarecimento de dúvidas da população. Estratégias educativas, associadas ao monitoramento constante da cobertura vacinal, são fundamentais para enfrentar a queda das taxas de imunização. Conclui-se que o fortalecimento das ações de enfermagem, aliado a políticas públicas eficazes e campanhas de conscientização, é essencial para garantir maior adesão à vacinação infantil e assegurar a proteção coletiva contra doenças imunopreveníveis.

Palavras-chave: Vacinação; Pentavalente; Enfermagem; Saúde pública; Hesitação vacinal.

ABSTRACT

Vaccination is recognized as one of the most effective public health measures, playing a crucial role in preventing infectious diseases and reducing child mortality. This study aimed to understand the challenges faced by nursing professionals regarding adherence to the pentavalent vaccine and to discuss the strategies employed to increase vaccination coverage. This qualitative and exploratory research was based on a narrative literature review, including scientific articles, official documents, and reports from national and international health organizations. The results show that, despite the positive impact of vaccines on the eradication and control of serious diseases, factors such as vaccine hesitancy, fear of adverse reactions, misinformation, and barriers to accessing health services hinder adherence to the vaccination schedule. The role of the nursing team proved to be decisive, not only in administering vaccines but also in health education, actively identifying unvaccinated children, and clarifying the population's doubts. Educational strategies, combined with constant monitoring of vaccination coverage, are essential to face the decline in immunization rates. It is concluded that strengthening nursing actions, together with effective public policies and awareness campaigns, is crucial to ensure greater adherence to childhood vaccination and to guarantee collective protection against vaccine-preventable diseases.

Keywords: Vaccination; Pentavalent; Nursing; Public health; Vaccine hesitancy.

INTRODUÇÃO

A vacinação é uma das intervenções em saúde pública mais eficazes para a prevenção de doenças infecciosas e redução da mortalidade infantil (Instituto Butantan, 2023). Desde a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973, o Brasil tem avançado significativamente na cobertura vacinal, garantindo acesso gratuito a imunobiológicos que previnem patologias graves, como difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e infecções por *Haemophilus influenzae* tipo b (BRASIL, 2020). A vacina pentavalente, que combina a proteção contra essas cinco doenças, tornou-se essencial na imunização infantil, reduzindo hospitalizações e complicações associadas a essas infecções (BAR-ON *et al.*, 2012).

Apesar dos benefícios comprovados das vacinas, a adesão ao calendário vacinal enfrenta desafios. Fatores como hesitação vacinal, desinformação, medo de reações adversas e dificuldades de acesso aos serviços de saúde contribuem para a queda das coberturas vacinais, aumentando o risco de reintrodução de doenças antes controladas (Silva *et al.*, 2018). No Brasil, surtos recentes de sarampo e coqueluche evidenciam a importância de estratégias eficazes para ampliar a adesão à vacinação infantil e reforçar a conscientização da população sobre sua importância (SILVA; SIQUEIRA; DE SIQUEIRA, 2022).

A equipe de enfermagem tem um papel central na promoção da vacinação, atuando tanto na administração dos imunobiológicos quanto na educação em saúde. O enfermeiro é responsável por esclarecer dúvidas da população, desmistificar fake news e garantir que as vacinas sejam aplicadas de forma correta e segura (MEDEIROS *et al.*, 2022). A busca ativa por crianças não vacinadas, a revisão sistemática das cadernetas de vacinação e a realização de campanhas educativas são estratégias fundamentais para aumentar a cobertura vacinal e reduzir o risco epidemiológico de surtos de doenças preveníveis.

Estudos recentes destacam a eficácia de intervenções como educação em saúde e busca ativa para melhorar a cobertura vacinal (MEDEIROS *et al.*, 2022; PEIXOTO *et al.*, 2017). No entanto, há escassez de evidências sobre estratégias específicas para a vacina pentavalente, especialmente em contextos de baixa adesão motivada por desinformação.

Quais os principais desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem para garantir a adesão à vacina pentavalente e de que maneira suas estratégias de atuação influenciam as taxas de cobertura vacinal infantil? A compreensão desses desafios é essencial para identificar barreiras na imunização e propor estratégias que reforcem a atuação da enfermagem na promoção da vacinação, garantindo maior adesão e, consequentemente, a proteção coletiva contra doenças imunopreveníveis.

A vacinação infantil tem um impacto direto na saúde pública, prevenindo complicações graves e reduzindo a mortalidade por doenças infecciosas. No entanto, a redução das taxas de imunização em diversas regiões do país evidencia a necessidade de fortalecer o papel da equipe de enfermagem na promoção da vacinação. Profissionais de saúde bem capacitados desempenham um papel essencial na conscientização da população e no combate à desinformação, garantindo que a imunização seja realizada de maneira eficiente e segura (PEIXOTO *et al.*, 2017).

A necessidade de compreender os fatores que dificultam a adesão ao esquema vacinal infantil e pelo reconhecimento da enfermagem como peça-chave nesse processo, a pesquisa busca contribuir para o aprimoramento das práticas de imunização, destacando estratégias para ampliar a cobertura vacinal e fortalecer o combate a doenças imunopreveníveis. Dada a relevância da vacinação para a saúde coletiva, torna-se fundamental investigar como a atuação da equipe de enfermagem pode ser otimizada para garantir maior adesão da população ao calendário vacinal.

Este estudo busca compreender os obstáculos que permeiam a atuação da enfermagem na garantia da adesão à vacina pentavalente, bem como suas repercussões na cobertura vacinal infantil. Para isso, propõe-se desvelar os fatores que limitam a aceitação da vacina pela população; examinar o protagonismo desses profissionais na educação em saúde, destacando seu papel na desconstrução de mitos e no reforço à confiança nas imunizações; explorar estratégias já testadas ou inovadoras capazes de ampliar a vacinação infantil; e, por fim, sugerir caminhos para qualificar ainda mais a prática da enfermagem, transformando-a em aliada decisiva no enfrentamento à hesitação vacinal.

MATERIAL E MÉTODOS

A abordagem qualitativa de caráter exploratório foi adotada, fundamentando-se em uma revisão narrativa da literatura. A escolha por esse método se justifica pela possibilidade de examinar diferentes perspectivas teóricas e práticas sobre a atuação da equipe de enfermagem na promoção da vacinação infantil, com foco na adesão à vacina pentavalente. A revisão narrativa permite uma análise crítica e reflexiva sobre os principais desafios enfrentados por esses profissionais, bem como as estratégias utilizadas para superar barreiras relacionadas à hesitação vacinal, desinformação e acesso aos serviços de saúde. O trabalho buscou integrar informações históricas, científicas e sociais que contextualizam a importância da vacinação infantil e destacam a influência direta da prática de enfermagem na melhoria dos índices de cobertura vacinal.

A seleção do material teórico considerou documentos oficiais de instituições de saúde, como o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, além de livros técnicos e 21 artigos publicados em periódicos científicos nacionais. Os conteúdos analisados abordam desde o desenvolvimento histórico das vacinas até a

implementação de estratégias educativas e operacionais pela equipe de enfermagem. A análise dos dados foi conduzida com base na relevância dos conteúdos para os objetivos da pesquisa, buscando identificar as práticas que contribuem para uma atuação mais efetiva no combate à desinformação e na ampliação da cobertura vacinal. A metodologia adotada também considera as especificidades do contexto brasileiro, reconhecendo os avanços do PNI e os desafios contemporâneos que afetam a adesão às vacinas do calendário infantil.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As vacinas são substâncias biológicas que têm como objetivo, combater doenças. Elas são compostas por toxinas e componentes do próprio agente causador, podendo ser enfraquecido (atenuada) ou morto (inativas). Quando administradas, estimulam no organismo a produção de anticorpos (os quais são específicos, isto é, só protegem contra a doença na qual se está vacinando), causando assim, a memória imunológica (PFIZER, 2020). Quando a pessoa entra em contato com alguma bactéria ou vírus na qual já está vacinada, os anticorpos agem no organismo reconhecendo o microrganismo e combatendo-o (FIOCRUZ, 2021).

O primeiro indício de vacina, contra a varíola, ocorreu no século X, entre os chineses, mas era conhecida entre outros povos também. (BUTANTAN, 2021). A varíola é uma das doenças mais temidas do mundo, que possuía uma taxa de mortalidade de 10% a 40%. (UNIMED). Sua principal característica era a produção de pústulas, deixando cicatrizes. Os cientistas transformavam as cascas dessas feridas de varíola em pó, que continha o vírus já inativo, e assopravam sob o rosto das pessoas, o método foi conhecido como variolação (BUTANTAN, 2021).

A descoberta de que os sobreviventes não contraíam a doença novamente auxiliou no processo de provocar a enfermidade de forma branda para evitar que fosse contraída de maneira mais potente. Em 1798, o médico inglês, Edward Jenner, tornou público suas investigações. Por vários anos, ele observou que os ordenhadores de gado e moradores de área rural que contraíam a Cowpox, uma doença semelhante à varíola, mas que atingiam os gados, adquiriam uma certa resistência, ou até mesmo imunidade à varíola humana, que, quando contraída por essas pessoas, não ficavam doentes (ZLAMBY, 2016).

Edward inoculou em um garoto de oito anos, chamado James Phipps, um pus retirado da pústula (crosta cheia de pus formada sobre a pele do doente), de uma ordenhadora que sofria com a doença Cowpox. O menino contraiu uma forma mais branda da doença, ou seja, mais fraca, e se recuperou em apenas 10 dias. Após sua recuperação, Jenner aplicou o vírus da varíola, mais fatal, mas o menino não contraiu a doença (BUTANTAN, 2021).

Em pouco tempo, este processo foi adotado mundialmente, a marinha britânica começou a utilizar a vacinação em 1800. Em 1881, o cientista francês Louis Pasteur começou o desenvolvimento de uma segunda geração de vacinas, que eram voltadas a combater a cólera aviária e o carbúnculo, ele sugeriu o termo vacina, que deriva de *Variolae vaccinae*, nome científico dado à varíola bovina, para batizar sua recém-criada substância em homenagem a Edward Jenner. Desde então, as vacinas são criadas em massa e se tornaram o principal elemento para a prevenção de doenças no mundo (FIOCRUZ, 2021).

O processo de pesquisa para o desenvolvimento de uma nova vacina, compõe diversas etapas de um processo demorado, de alto investimento e associado a riscos elevados, tendo um tempo estimado de 10 a 15 anos para um total desenvolvimento. A primeira etapa é onde novas propostas de vacinas são identificadas. A segunda etapa tem o objetivo demonstrar a segurança e potencial imunogênico da vacina, sendo assim

os testes pré-clínicos feitos em animais, e a terceira etapa, os ensaios clínicos em humanos, dividido em quatro fases (FIOCRUZ, 2020).

A fase I, sendo o primeiro estudo em seres humanos e com o objetivo central, garantir a segurança da vacina. A fase II, tem o propósito de estabelecer sua imunogenicidade, que seria a capacidade que a vacina tem sobre nosso sistema imunológico a estimular e assim produzir anticorpos, que é medida através de coletas de sangue, com a análise adequada, para avaliar a resposta imunológica. A fase III é a última fase analisada com a obtenção do registro sanitário e tem o objetivo de demonstrar a sua eficácia e somente a finalização da fase III e a obtenção do registro sanitário a nova vacina pode assim ser disponibilizada para a população e a fase IV, com finalização, é o estudo pós comercialização, que a análise é com o que ocorre com a vacina já disponível para as pessoas (FIOCRUZ, 2020).

A primeira vacina foi descoberta por Edward Jenner em 1796, após 20 anos de estudos e experimentos com a varíola bovina, dando origem aos termos vaccine e vaccination (derivados do termo latino vacca) (APS *et al.*, 2018). Historicamente, a vacinação ganhou credibilidade com o êxito da vacina contra a varíola. Trata-se da forma mais fácil de proteção contra doenças infectocontagiosas, pois, ao serem administradas a indivíduos imunocompetentes, induzem um estado específico de imunidade contra os efeitos nocivos do agente relacionado (PEIXOTO *et al.*, 2017).

A imunização pode ser entendida como o ato de tornar o corpo humano resistente a determinado patógeno, e pode ser classificada como imunidade ativa e passiva. A ativa é estimulada pelo organismo através do sistema imunológico, o que resulta na produção de anticorpos específicos. Já a imunização passiva realiza uma proteção temporária: o indivíduo recebe anticorpos produzidos de forma exógena, que pode ser artificial, através de soros heterólogos/homólogos (vacinas) ou repassada de forma natural, através do colostro ou via transplacentária ao bebê (PEREIRA; IVO, 2016).

O objetivo da imunização infantil é prevenir e proteger as crianças das doenças prevalentes na infância e/ou reduzir, ao máximo, o seu aparecimento. A vacinação infantil tem alcançado êxito em vários países, devido ao grande sucesso na adesão à vacinação, assim como importantes progressos na fiscalização e aniquilação de doenças (PEREIRA; IVO, 2016). A vacinação permite, assim, que doenças imunopreveníveis possam ser combatidas quando contraídas individualmente, e ainda, possibilita que se evite sua transmissão para a coletividade (CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2015).

A vacinação constitui-se como uma das intervenções em saúde mais custo-efetivas e seguras, apresentando-se como componente obrigatório dos programas de saúde. Sua disposição é fundamental para as crianças, preconizando-se o acompanhamento da vacinação durante o período que se estende até os 5 (cinco) primeiros anos de vida, para evitar as ocorrências de determinadas doenças típicas da infância, como a difteria, tétano, coqueluche, meningite, poliomielite, hepatite B, tuberculose, diarreia por rotavírus, febre amarela, sarampo, caxumba e rubéola (CAVALCANTI; NASCIMENTO, 2015).

É inegável o impacto da vacinação na saúde pública. Com exceção da distribuição de água potável, nenhuma outra intervenção, nem mesmo o uso de antibióticos, teve ao longo dos anos um efeito tão contundente na redução da mortalidade e no crescimento populacional a nível mundial (COSTA, 2016).

As vacinas são rigorosamente testadas e monitoradas pelos seus fabricantes e pelos sistemas de saúde dos países onde são aplicadas. O licenciamento e a comercialização de vacinas ocorrem após aprovação de órgãos reguladores específicos e estudos clínicos cuidadosos, caros e demorados, com voluntários credenciados (APS *et al.*, 2018).

O público infantil tem prioridade nas políticas de atenção do Ministério da Saúde e é nesse sentido que a vacinação vem alcançando êxito em diversos países, por meio

de altas coberturas vacinais e consideráveis avanços no controle e erradicação de doenças, já que as vacinas atuam na proteção à saúde e na prevenção de doenças a partir dos primeiros dias de vida (PEIXOTO *et al.*, 2017).

A vacinação é uma das estratégias mais eficazes da saúde pública mundial, e seus impactos podem ser mensurados por dados históricos e contemporâneos. De acordo com a UNICEF e a Organização Mundial da Saúde, estima-se que aproximadamente 154 milhões de mortes foram evitadas nas últimas cinco décadas em função das vacinas, com destaque para a imunização contra o sarampo, que sozinha salvou mais de 90 milhões de vidas (UNICEF, 2024). Esse dado reforça a magnitude da imunização como ferramenta indispensável na prevenção de doenças infecciosas.

A redução da mortalidade infantil é um dos resultados mais expressivos. Relatórios recentes apontam que, globalmente, a vacinação infantil reduziu em 40% as mortes em crianças menores de cinco anos, chegando a mais de 50% no continente africano, região onde a vulnerabilidade às doenças infecciosas é historicamente maior (OMS, 2024). Esse avanço, no entanto, depende diretamente da cobertura vacinal, evidenciando a necessidade de estratégias permanentes de adesão.

No contexto da Aliança Gavi, entre 2000 e 2020, mais de 760 milhões de crianças foram vacinadas em países de baixa e média renda, prevenindo cerca de 13 milhões de óbitos. Esse número revela não apenas o impacto direto das vacinas, mas também a relevância das políticas de financiamento e distribuição global, que possibilitam o acesso em regiões mais carentes (GAVI, 2020).

No Brasil, estudos comprovam a associação entre maior cobertura vacinal e redução da morbimortalidade. Azambuja *et al.* (2020) demonstraram que a ampliação da vacinação contra influenza em idosos contribuiu significativamente para reduzir internações e óbitos por complicações respiratórias. Esses dados sustentam a tese de que a imunização é eficaz não apenas na infância, mas também na proteção de populações vulneráveis, como os idosos.

Outro ponto essencial é a segurança. A Organização Pan-Americana da Saúde (2025) reforça que, apesar da possibilidade de eventos adversos, os benefícios superam amplamente os riscos. Essa constatação é importante em um cenário marcado por desinformação, onde a confiança na ciência precisa ser constantemente reafirmada para garantir a adesão populacional.

O Brasil também se destaca pelo papel de instituições públicas como a Fiocruz, que desde o século XX é referência em pesquisa e desenvolvimento de vacinas. Experiências nacionais como a produção de vacinas contra hepatite B e *Haemophilus influenzae* tipo B mostram a capacidade científica e tecnológica de fornecer imunobiológicos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (GADELHA, 2003).

Além disso, o monitoramento da efetividade vacinal ganhou importância na era da COVID-19. Pescarini *et al.* (2021) ressaltam que métodos epidemiológicos como estudos de coorte e caso-controle são fundamentais para avaliar o desempenho das vacinas frente às variantes virais. Essa prática possibilita ajustes rápidos em políticas públicas e orienta campanhas emergenciais de reforço.

Em relação à pandemia, os dados brasileiros confirmam o impacto direto da imunização. Segundo o Instituto Butantan (2022), 75% das mortes por COVID-19 ocorreram em não vacinados, enquanto idosos sem imunização apresentaram risco de morte duas vezes maior que os vacinados. Esses números reforçam que a vacinação não apenas protege o indivíduo, mas diminui significativamente a sobrecarga dos sistemas de saúde.

Estudos de modelagem epidemiológica também apontam consequências da falta de vacinas em tempo hábil. Hallal (2021) estimou que entre 95 mil e 145 mil mortes poderiam ter sido evitadas no Brasil se a aquisição de vacinas tivesse sido antecipada. Esse resultado evidencia a necessidade de respostas governamentais ágeis em

situações emergenciais, já que atrasos podem ser medidos em vidas perdidas.

Campanhas específicas mostram resultados igualmente robustos. A introdução da vacina contra rotavírus na Nicarágua reduziu em 40% as infecções graves e em 50% as internações em UTI, enquanto nos Estados Unidos as hospitalizações por rotavírus caíram em 86% após a vacinação (LUNA et al., 2019). Esses dados ressaltam o impacto direto das vacinas na redução de custos hospitalares e na melhoria da qualidade de vida.

Outro exemplo é a vacina contra o HPV, que apresentou queda de 68% nas infecções pelos tipos virais 16 e 18 e redução de 61% nas verrugas genitais em adolescentes após alguns anos de sua aplicação em larga escala (KJAER et al., 2020). Esses resultados demonstram a importância da vacinação preventiva no controle de doenças oncológicas, como o câncer de colo do útero.

A poliomielite também é um marco na história da imunização. Após a implementação de campanhas em massa, a incidência da doença caiu drasticamente, e o continente americano foi certificado como livre da pólio em 1994. Esse feito é atribuído à combinação entre cobertura vacinal elevada e vigilância epidemiológica constante (OPAS, 2019).

Apesar dos avanços, os desafios permanecem. A pandemia de COVID-19 trouxe consigo uma onda de desconfiança que ameaça retroceder conquistas históricas. Relatório da OMS (2024) alerta que a queda nas taxas de vacinação em diversos países abre espaço para o retorno de doenças já controladas, como o sarampo, que voltou a registrar surtos em países da Europa e da América Latina.

Outro ponto discutido é a desigualdade no acesso às vacinas. Enquanto países ricos conseguiram rapidamente vacinar sua população contra a COVID-19, muitos países africanos permaneceram com coberturas inferiores a 20% em 2022. Esse dado reforça a importância de alianças internacionais e iniciativas solidárias, como a Covax Facility, para garantir equidade global (BARRETO; BARROS, 2021).

No Brasil, os desafios atuais incluem a redução da confiança em campanhas de imunização e a queda da cobertura vacinal em doenças como sarampo e poliomielite. Esses dados preocupam especialistas que alertam para o risco de reintrodução de enfermidades já eliminadas (DOMINGUES et al., 2020).

O papel da enfermagem na vacinação ultrapassa a administração técnica dos imunobiológicos. Segundo Medeiros et al. (2022), os enfermeiros são protagonistas na educação em saúde, atuando diretamente na sensibilização das famílias quanto à importância da imunização infantil. Essa função pedagógica contribui para desmistificar informações falsas, reduzir medos relacionados a reações adversas e reforçar a confiança no Programa Nacional de Imunizações, especialmente em períodos de queda na cobertura vacinal.

A busca ativa é uma estratégia amplamente destacada pela literatura como ação prioritária da enfermagem. De acordo com Cavalcanti e Nascimento (2015), a revisão sistemática das cadernetas de vacinação e o acompanhamento individual das crianças permitem identificar lacunas vacinais e promover intervenções oportunas. Essa prática demonstra o compromisso do enfermeiro com a integralidade do cuidado, reduzindo a vulnerabilidade das crianças a doenças imunopreveníveis.

Outro aspecto relevante está relacionado à comunicação entre profissionais e usuários. Peixoto et al. (2017) enfatizam que a linguagem clara e acessível utilizada pelo enfermeiro é fundamental para aproximar a ciência da realidade cotidiana das famílias. A escuta ativa e o diálogo respeitoso fortalecem a relação de confiança, facilitando a adesão dos responsáveis ao esquema vacinal, especialmente em situações em que a hesitação vacinal é motivada por inseguranças culturais ou religiosas.

A atuação da enfermagem também está associada ao planejamento e organização dos serviços de imunização. Para Silva, Siqueira e de Siqueira (2022), cabe ao enfermeiro coordenar equipes, garantir a conservação adequada das vacinas e

organizar fluxos de atendimento que minimizem barreiras de acesso. Essa dimensão gerencial assegura que o processo de imunização seja seguro, eficiente e acessível para toda a população infantil.

No contexto das campanhas de vacinação, o protagonismo da enfermagem torna-se ainda mais evidente. Estudos como o de Domingues et al. (2020) demonstram que a liderança dos enfermeiros em campanhas nacionais é decisiva para alcançar altas coberturas vacinais. A mobilização comunitária, associada à realização de ações extramuros, permite atingir populações vulneráveis e reduzir desigualdades no acesso à saúde.

O enfrentamento da hesitação vacinal exige, ainda, atualização constante dos profissionais de enfermagem. Conforme argumenta Silva et al. (2018), a formação continuada garante que o enfermeiro esteja preparado para responder dúvidas complexas e lidar com novos desafios epidemiológicos. Esse preparo contribui para a credibilidade das informações transmitidas e para o fortalecimento da confiança entre comunidade e serviços de saúde.

Além da dimensão técnica e educativa, a enfermagem exerce papel ético e social na defesa do direito à saúde. De acordo com Barreto e Barros (2021), o enfermeiro, ao promover a vacinação, não protege apenas o indivíduo, mas atua em favor da coletividade, reforçando o princípio da imunidade de rebanho. Essa perspectiva amplia o sentido do cuidado, articulando ações clínicas a um compromisso social e comunitário.

A literatura mostra que o fortalecimento das práticas de enfermagem está diretamente ligado ao sucesso das políticas públicas de imunização. Azambuja et al. (2020) destacam que o investimento na capacitação de enfermeiros e na valorização de seu papel estratégico é fundamental para que o Brasil mantenha os avanços históricos conquistados pelo PNI. Assim, a enfermagem consolida-se como pilar essencial para a proteção coletiva e para o enfrentamento dos desafios atuais relacionados à vacinação infantil.

4. CONCLUSÃO

A vacinação se consolidou como uma das mais relevantes intervenções em saúde pública, garantindo a redução da mortalidade infantil e o controle de inúmeras doenças imunopreveníveis. O percurso histórico, desde as primeiras experiências com a variação até a consolidação de programas nacionais de imunização, revela avanços significativos na ciência e na organização de políticas de saúde. Entretanto, os desafios contemporâneos, como a hesitação vacinal, a disseminação de informações falsas e as desigualdades no acesso, representam obstáculos que ameaçam os progressos alcançados. No Brasil, o papel da enfermagem é essencial na manutenção e ampliação da cobertura vacinal, atuando não apenas na administração dos imunobiológicos, mas também na educação em saúde e no enfrentamento da desinformação. A literatura analisada confirma que estratégias de busca ativa, acompanhamento das cadernetas de vacinação e campanhas educativas são ferramentas eficazes na ampliação da adesão populacional. Portanto, fortalecer o protagonismo da enfermagem e investir em políticas públicas de imunização são medidas indispensáveis para garantir a continuidade das conquistas históricas da vacinação e assegurar a proteção coletiva diante dos riscos de reemergência de doenças antes controladas.

REFERÊNCIAS

ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Boletim Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde – Incidentes Notificados no Brasil. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt->

br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/boletim-seguranca-do-paciente/boletim-seguranca-do-paciente-e-qualidade-em-servicos-de-saude-n-20-incidentes-relacionados-a-assistencia-a-saude-2018.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

APS, L. R. de M. M. et al. Eventos adversos de vacinas e as consequências da não vacinação: uma análise crítica. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, p. 40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2018052000384>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/6T6JH8wZHMgqVsVkjZ85xLm/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

AZAMBUJA, H. C. S. et al. Vacinação contra influenza em idosos: cobertura e impacto na morbimortalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/cqWr4YqwJCmqP3zNGbj3M8v>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BAR-ON, E. S. et al. Combined DTP-HBV-HIB vaccine versus separately administered DTP-HBV and HIB vaccines for primary prevention of diphtheria, tetanus, pertussis, hepatitis B and *Haemophilus influenzae* B. *Cochrane Library*, v. 2012, n. 4, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1002/14651858.cd005530.pub3>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22513932/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

BARRETO, Maurício L.; BARROS, Aluísio J. D. Desafios para a equidade na vacinação contra a COVID-19 no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, p. 1-5, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria MS/GM nº 529, de 1º de abril de 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Nacional de Imunizações – Vacinação*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BUTANTAN, Instituto. *Imunização: uma descoberta da ciência que vem salvando vidas desde o século XVIII*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/imunizacao-uma-descoberta-da-ciencia-que-vem-salvando-vidas-desde-o-seculo-xviii>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BUTANTAN, Instituto. Não vacinados representam 75% das mortes por COVID-19, diz estudo brasileiro. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/nao-vacinados-representam-75-das-mortes-por-covid-19-diz-estudo-brasileiro>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CAVALCANTI, M. A. F.; NASCIMENTO, E. G. C. Aspectos intervenientes da criança, da família e dos serviços de saúde na imunização infantil. *Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras*, v. 15, n. 1, p. 31-37, 2015. Disponível em: <https://journal.sobep.org.br/article/aspectos-intervenientes-da-crianca-da-familia-e-dos-servicos-de-saude-na-imunizacao-infantil/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

COSTA, I. Educação para a saúde como estratégia de promoção da vacinação. Santarém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/entities/publication/76c66c78-2a57-4eb1-81c7->

[edf0496d151e](#). Acesso em: 16 abr. 2025.

DOMINGUES, Carla M. A. S. et al. Vacinação no Brasil: progressos e desafios atuais. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 29, n. 5, p. 1-12, 2020.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Etapas do desenvolvimento de vacinas. 2020. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/etapas-de-producao-da-vacina-incluem-rigido-controle-de-qualidade>. Acesso em: 03 mai. 2025.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Programa Nacional de Imunizações comemora 48 anos. 2021. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2022/06/programa-nacional-de-imunizacoes-e-um-marco-historico-na-saude-publica-brasileira>. Acesso em: 27 mar. 2025.

GADELHA, Paulo. Vacinas e vacinação no Brasil: horizontes para os próximos 20 anos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 599-617, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/VNJMdNRL9zrNfSgzJNVQ6Rv>. Acesso em: 17 ago. 2025.

GAVI. Relatório de Impacto da Aliança Gavi: 2000–2020. Genebra: Gavi Alliance, 2020.

HALLAL, Pedro C. et al. Avaliação do atraso na aquisição de vacinas contra a COVID-19 no Brasil: estimativas de mortes evitáveis. *Senado Federal*, Brasília, 2021.

KJAER, Susanne K. et al. Long-term effectiveness of the quadrivalent HPV vaccine in a nationwide cohort study. *Journal of the National Cancer Institute*, v. 112, n. 10, p. 1030-1037, 2020.

LUNA, Eduardo J. A. et al. Impacto da introdução da vacina contra rotavírus nas hospitalizações por diarreia em crianças. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 53, p. 1-10, 2019.

MARTINS, K. M. et al. A importância da imunização: revisão integrativa. *Revista de Iniciação Científica e Extensão - REIcEn*, v. 2, n. 2, p. 96-101, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374016183_OS_DESAFIOS_E_A_IMPORTANCIA_DA_IMUNIZACAO_NA_SOCIEDADE. Acesso em: 15 abr. 2025.

MEDEIROS, L. de O. et al. A importância da intervenção na prática da imunização na infância. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 5, e32411528401, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i5.28401. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28401>. Acesso em: 25 abr. 2025.

OMS. Imunização: principais dados e conquistas. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2024.

OPAS. Certificação da erradicação da poliomielite nas Américas. Washington: Organização Pan-Americana da Saúde, 2019.

PEIXOTO, M. C. et al. Perfil vacinal da população infantil em um município do recôncavo baiano. *Textura*, v. 10, n. 19, p. 172-179, 2017. Disponível em: <https://textura.famam.com.br/textura/article/view/55>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PEREIRA, A. M.; IVO, O. P. Causas do atraso do calendário vacinal em menores de dois anos. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1068>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PESCARINI, J. M. et al. Métodos para avaliação da efetividade de vacinas: aplicações em dados do mundo real. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 3769-3782, 2021.

PFIZER. Saiba tudo sobre vacinas | Pfizer Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.pfizer.com.br/sua-saude/vacinacao/tudo-sobre-vacinas>. Acesso em: 04 mar. 2025.

POVEDA, A. V. A. et al. Implementation of a surgical safety checklist in Brazil: cross-sectional study. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0874>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/DhYBnQXCZbnCJrZPx8XJyyS/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RIBEIRO, B.; SOUZA, J. S. M. de. A segurança do paciente no centro cirúrgico: papel da equipe de enfermagem. *Semin. Cienc. Biol. Saude*, v. 43, n. 1, p. 27-38, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/42423>. Acesso em: 08 mai. 2025.

SILVA, A. I. A. et al. Vacinas: história, negacionismo, fake news e a Covid-19 no Brasil hoje. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 5, p. 35200–35217, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n5-165>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47733>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SILVA, F. de S. et al. Incompletude vacinal infantil de vacinas novas e antigas e fatores associados: coorte de nascimento BRISA. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 3, e00041717, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rffgtWkzw7ndPSwHzVfttsz/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

UNICEF. Esforços globais de imunização salvaram pelo menos 154 milhões de vidas nas últimas cinco décadas. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024.

UNIMED. A importância da vacinação ao longo da vida. 2021. Disponível em: <https://www.unimed.coop.br/site/web/oestedopara/-/a-import%C3%A2ncia-da-vacina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 29 mar. 2025.

ZLAMY, M. Rediscovering Pertussis. *Front Pediatr.*, v. 4, p. 52, 2016. DOI: 10.3389/fped.2016.00052. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27376050/>. Acesso em: 05 mai. 2025.